

A AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO NO GOVERNO DE FHC

BATISTA, N.¹

¹ Graduado em História pela Universidade Federal de São João del Rei (UFSJ) e pós-graduado em Criminalidade e Segurança Pública pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

INTRODUÇÃO

Após um sucateamento da educação, sobretudo a pública, durante a Ditadura Militar no Brasil, na década de 1990 mecanismos internacionais de organização e assessoria técnica educacional passaram a regulamentar e analisar o nível da educação mundial afim de buscar monitorar as reformas dos Estados de capitalismo periférico (FRIGOTO; CIAVATTA, 2003). Ainda nesta perspectiva de monitoramento surgiram também no Brasil políticas mais direcionadas para a educação.

A década de 1990 foi marcada por mudanças na educação brasileira que foram foco de uma discussão muito grande sobre a validade, ou não, delas para a melhoria da educação. O chamado neoliberalismo atuou marcadamente nas políticas públicas de educação no governo do presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), sobretudo no que tange à mensuração da qualidade do ensino dado às nossas crianças e jovens.

Este artigo tem por finalidade fazer algumas considerações sobre estas políticas educacionais de quantificação no processo de avaliação da educação tomando por base a vertente ideológica que as colocam como um mecanismo de conformação ao capital mundial.

DESENVOLVIMENTO

A análise bibliográfica do qual este artigo é fruto tomou por base autores que vêm o processo ocorrido durante o governo de FHC como uma desregulamentação do mercado e privatização dos serviços o que ajudou a desestruturar a educação e a destitui-la de um patamar de importância com a qual ela deveria ser vista para o crescimento do país.

O Brasil foi fortemente influenciado na década de 1990 pela *Nation Risk*, um documento produzido pela Comissão Nacional para a Excelência na Educação em 1983, nos EUA que previa 5 pontos principais, sendo um deles a “Adoção de ‘padrões mais vigorosos e mensuráveis’.” para a educação. Como resultado desta influência, não só no Brasil, generalizaram-se as avaliações quantitativas do sistema de ensino como critério de qualidade na educação.

O Estado se reconfigurou ao colocar a educação num patamar de “quase-mercado” (OLIVEIRA; SOUZA, 2003), elaborando padrões de análise quantitativa do sistema educacional que gerou diferenciações dentro dele próprio. Apareceu assim a dicotomia entre “gestores” e “clientes” como dois lados antagônicos dentro de um processo que deveria ser marcado pela cooperação e solidariedade:

A idéia-matriz é a de que estamos num novo tempo – da globalização, da modernidade competitiva, de reestruturação produtiva, de reengenharia –, do qual estamos defasados e ao qual devemos ajustar-nos. Este ajustamento deve dar-se não somente mediante políticas protecionistas, intervencionistas ou estatais, mas de acordo com as leis de mercado globalizado, mundial. (FRIGOTO; CIAVATTA, 2003:106).

Os diversos níveis de ensino passaram a ser analisados e quantificados com o mero intuito de ranqueá-los em listas que os classificam como “melhores” ou “piores”, hierarquizando estados e regiões, execrando os mais fracos nas avaliações e aumentando a competitividade pelos melhores lugares nestas listas de classificação. O governo introduziu no sistema educacional mecanismos de gestão e, sobretudo, de controle muito característicos aos da iniciativa privada:

O estado passa a adotar, na gestão da educação pública, [...], um *ethos* competitivo decalcado no que tem se designado por neodarwinismo social, passando a admitir a lógica do mercado com a importação para o domínio público de modelos de gestão privada, cuja ênfase é posta nos resultados ou produtos dos sistemas educativos. (OLIVEIRA; SOUZA, 2003:879)

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Na era FHC, perdeu-se a noção do Estado “que faz” pela educação e entrou em cena um Estado “que regula” e avalia o que foi feito no intuito de demonstrar as falhas do sistema, mas sem tanto comprometimento com a correção delas. A avaliação se fragmentou em etapas, num projeto neoliberal-burguês (FRIGOTO; CIAVATTA, 2003), que não se conectaram e nem se somaram para melhorar o ensino.

O projeto educativo de FHC pode ser compreendido numa lógica de adequação da sociedade à demanda do grande capital colocando-se em prática uma política do Estado mínimo. As decisões eram tomadas de cima para baixo por técnicos em planejamento não tendo, portanto, a participação de quase nenhum segmento ligado diretamente à educação como os professores, por exemplo. Assim: “É o governo Cardoso que, pela primeira vez, em

nossa história republicana, transforma o ideário empresarial e mercantil de educação escolar em política unidimensional do Estado.” (FRIGOTO; CIAVATTA, 2003:108).

Ainda na década de 1990 surgem alguns dos mais importantes e difundidos meios de avaliação da educação em todos os seus níveis: Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica, Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e o Exame Nacional de Cursos (atual ENADE e antigo “Provão”). Estas formas de avaliação foram os mecanismos mais comuns da mercantilização da educação nesta época (OLIVEIRA; SOUZA, 2003), pois deram à sociedade a visão do que seria “bom” ou “ruim” para seus filhos em termos de educação.

Nesta perspectiva vemos que, a avaliação pura e simplesmente como meio de quantificar a educação, pode gerar uma rivalidade entre escolas e o distanciamento do Estado na responsabilidade de melhorar o processo, pois apenas as instituições de ensino são responsabilizadas pelo insucesso de seus alunos. Tenta-se unificar a educação sem que sejam levados em conta fatores como as especificidades de cada escola e/ou região e ainda as diferenças entre indivíduos.

A subordinação do Estado, no governo de FHC, ao capital mundial e a adoção de políticas neoliberais aumentaram a desigualdade em vários aspectos e também na educação. A mercantilização da educação, a descentralização e a autonomia dadas às instituições delegaram a elas também as responsabilidades sobre o processo de educação que passaram a disputar em um mercado a “venda” de seus produtos, o que tornou este período como um retrocesso na organização pedagógica (FRIGOTO; CIAVATTA, 2003). O governo de FHC provocou uma leva de disputas dentro do sistema na busca pela correção dos problemas. Mas, isso não implicou em melhorar o currículo escolar ou a qualificação dos professores mas, sim a vislumbrou adequação ao que seria “cobrado” nas provas de avaliação.

A ideia foi promover a equidade e não a igualdade. Equidade passou a significar o equilíbrio dos extremos, das tensões entre cidadania e competitividade, igualdade e desempenho, integração e descentralização. A equidade pressupõe igualdade de oportunidades, compensação das diferenças, desenvolvimento equilibrado e coeso do corpo social em seu conjunto, o que promove é promovido pela adequação à eficácia – metas – e à eficiência – meios. (SILVA, 2009:5852-5853)

A mensuração do sistema educacional é necessária sim para que haja a correção das falhas e a melhoria do sistema como um todo, mas:

Potencializar a dimensão educativa/formativa da avaliação certamente supõe a promoção da autonomia pedagógica e didática da escola e não

a sua conformação, que se realiza quando se delimita que conhecimento deverá ser legitimado pela escola, cujo cumprimento é condição para a sua premiação. (OLIVEIRA; SOUZA, 2003:883)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Há que se pensar em uma difusão das reformas de maneira autônoma, ao contrário do que ocorreu na era FHC, sem perpetuar os padrões neoliberais de consentimento de invasão do ideal estrangeiro na avaliação da nossa educação: “Sem dúvida, a avaliação é um processo capaz de direcionar projetos e ações e o que se evidencia com as práticas em curso é a perspectiva da reprodução e intensificação das desigualdades educacionais e sociais.” (OLIVEIRA; SOUZA, 2003:890)

As reformas da educação da era FHC são questionáveis, pois em seu governo mais do que nunca a educação se tornou um produto (CUNHA, 2007). Contudo, não percamos de vista a necessidade latente de melhorar a educação brasileira o que decorre de processos de avaliação mais conscientes e adequados à realidade do país.

REFERÊNCIAS

CUNHA, Luiz Antônio. O desenvolvimento meandros da educação brasileira entre o Estado e o mercado. *Educ. Soc.*, Campinas, vol. 28, n. 100 - Especial, p. 809-829, out. 2007. Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em 04 mai. 2011.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria. Educação Básica no Brasil na década de 1990: subordinação ativa e consentida à lógica do mercado. *Educ. Soc.*, Campinas, vol. 24, n. 82, p. 93-130, abril 2003. Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em 04 mai. 2011.

SILVA, Sidney Reinaldo. Equidade e gestão da educação na Era FHC. IX Congresso Nacional de Educação, III Encontro Sul Brasileiro de Psicopedagogia. Disponível em <http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2009/anais/pdf/3275_1842.pdf> Acesso em 04 mai. 2011.

SOUZA, Sandra Zákia Lian de; OLIVEIRA, Romualdo Portela de. Políticas de avaliação da educação e quase mercado no Brasil. *Educ. Soc.*, Campinas, vol. 24, n. 84, p. 873-895, setembro 2003. Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>> Acesso em 04 mai. 2011.